

A. I. Nº - 232943.0070/06-1
AUTUADO - FRIGORÍFICO IRMÃOS VAZ LTDA.
AUTUANTE - RIGINALDO CAVALCANTE COELHO
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 09.02.07

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0008-02/07

EMENTA: ICMS. NULIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. A autuação foi feita em nome de pessoa ilegítima para figurar na relação jurídica tributária, haja vista que, se o transportador comete uma infração de caráter formal, no trânsito, é ele quem deve ser punido, e não o destinatário da carga. A pena está associada à pessoa do infrator, não podendo uma pessoa cometer uma infração, e outra ser punida pelo ato. Auto de Infração **NULO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 25/8/06, apura o seguinte fato: falta de apresentação [no posto fiscal] da Nota Fiscal 201004 [de Abatedouro de Aves Ideal Ltda.] para a conferência da carga, sendo a mesma exibida somente após a pesagem do veículo. Multa aplicada: R\$ 1.050,00.

O autuado apresentou defesa dizendo que, como o Auto não identificava a infração, consultou o douto fiscal autuante, sendo informado de que o transportador deixou de apresentar a Nota Fiscal 201004, de Abatedouro de Aves Ideal Ltda. Aduz que já pagou o imposto relativo à substituição tributária, conforme cópia do DAE anexo. Observa que na referida Nota fiscal constam os carimbos da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, relativamente à entrada e à saída no Estado de Minas Gerais, em 22/8/06 e 23/8/06, respectivamente, e da Secretaria da Fazenda da Bahia, DAT SUL, em 23/8/06. Observa, ainda, que não consta nenhuma assinatura da empresa ou do transportador, confessando o fato de omissão na entrega da Nota Fiscal. Alega que a infração apontada pelo preposto fiscal jamais se verificou, e que o Auto de Infração é fictício. Pede que a autuação seja declarada improcedente.

O fiscal autuante prestou informação contrapondo que na descrição dos fatos está perfeitamente descrito que houve falta de apresentação da Nota Fiscal 201004 para a conferência da carga, que somente foi exibida após a pesagem do veículo. Assinala que o carimbo da “DAT SUL” foi apostado após a ação fiscal, para dar trânsito às mercadorias, uma vez que o veículo que transportava as mercadorias do autuado também conduzia mercadorias de outra pessoa. Quanto à falta de assinatura nos autos, diz que isso se deve ao fato de que o motorista se recusou a assinar, e o veículo foi liberado através de liminar em Mandado de Segurança, o qual se encontra em outro processo. Diz ratificar o procedimento.

VOTO

A multa estipulada neste Auto é prevista no art. 42, XV-A, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96. O dispositivo tem a seguinte redação:

“Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

.....

XV-A – aos que por qualquer meio causarem embaraço, dificultarem ou impedirem a ação fiscalizadora:

- a) 5% (cinco por cento) do valor comercial das mercadorias, até o limite de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), por impedimento à verificação fiscal, quando houver desvio ou falta de parada nos Postos Fiscais, ou pela não apresentação de todos os documentos necessários à conferência da carga, mesmo que venham a ser exibidos posteriormente;”

Infração é algo de natureza pessoal. Infrator é aquele que descumpre uma regra. A pena está associada à pessoa do infrator. Não pode uma pessoa cometer uma infração, e outra ser punida pelo ato.

No caso em apreço, uma empresa estabelecida no Estado de São Paulo vendeu certas mercadorias a uma empresa estabelecida na Bahia, e, para que as mercadorias chegassem ao estabelecimento do adquirente, foi contratado um terceiro, para efetuar o transporte. Se o transportador cometeu alguma infração de caráter formal durante o trânsito da mercadoria, o Auto de Infração teria de ser lavrado em nome desse transportador, que, neste caso, é a Transportadora Souza Aguiar Ltda., conforme consta no campo próprio da Nota Fiscal. É inteiramente inadmissível punir o destinatário, pois este não cometeu infração alguma. Como o Auto de Infração foi lavrado em nome do destinatário, é flagrante a ilegitimidade passiva. O RPAF, no art. 18, IV, “b”, é claro: é nulo o procedimento em que se configure ilegitimidade passiva. Voto pela NULIDADE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por decisão unânime, julgar **NULO** o Auto de Infração nº **232943.0070/06-1**, lavrado contra **FRIGORÍFICO IRMÃOS VAZ LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de janeiro de 2007.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR